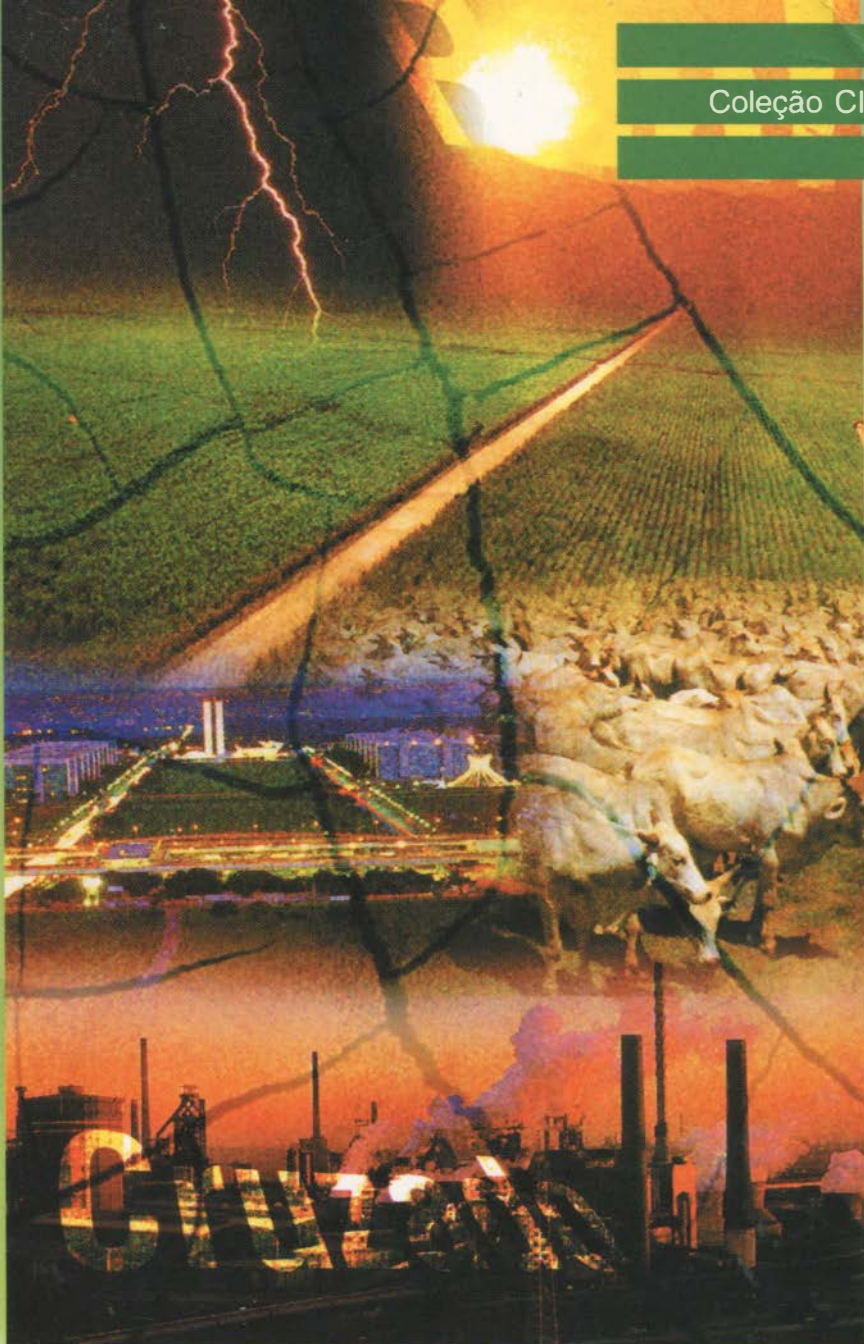


Coleção CIEE-31



A Crise Brasileira:

Perspectivas

Antonio Barros de Castro

Coleção CIEE

Volume 31

A Crise Brasileira: Perspectivas

Antonio Barros de Castro

Professor titular de Economia da UFRJ

Ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Fórum Permanente de Debates
sobre a Realidade Brasileira

 **CENTRO DE INTEGRAÇÃO
EMPRESA-ESCOLA · CIEE**

C389c CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)

A Crise Brasileira: Perspectivas / Centro de Integração
Empresa-Escola - São Paulo: CIEE, 1999.

48 p. (Coleção CIEE; n° 31).

Palestra proferida por Antonio Barros de Castro, no
Fórum Permanente de Debates sobre a Realidade Brasileira.

I. Economia - Brasil I. Castro, Antonio Barros de II.
Título III. Série

CDU 33(81)

Índice

| | | |
|---|--|-----------|
| Apresentação | <i>Luiz Gonzaga Bertelli</i> Presidente executivo do CIEE | 7 |
| A Crise Brasileira: Perspectivas | <i>Antonio Barros de Castro</i> | 11 |
| Presidente | <i>Antônio Jacinto Caleiro Palma</i> <i>Presidente do Conselho de Administração do CIE</i> | |
| Coordenador | <i>Luiz Gonzaga Bertelli</i> Presidente executivo do CIEE | |
| Participantes do debate | <i>Geraldo Ziviani</i> Conselheiro do CIEE | |
| | <i>Maria Angela Baria</i> Economista | 31 |
| | <i>Sérgio Leopoldo</i> Jornalista | 33 |
| | <i>Cláudia Gaspar S. Martins</i> Geógrafa | 35 |
| | <i>Sebastião Bonfá</i> Administrador de empresas | 36 |
| | <i>Nelson Alves</i> Conselheiro do CIEE | 38 |
| | <i>Tomaz Lopes Filho</i> Gerente de Administração e Sistemas do CIEE | 40 |
| | <i>Neusa Helena Menezes</i> Gerente de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos do CIEE | 42 |

O Fórum Permanente de Debates do CIEE sobre a Realidade Brasileira tem aberto, sistematicamente, espaço para os mais ilustres economistas deste País.

Desta forma, o CIEE busca acrescentar subsídios ao grande debate das questões nacionais e, também, reforçar a formação extracurricular dos futuros profissionais de economia, tarefa recomendável numa casa que, diariamente, encaminha milhares de estudantes para estágios e treinamentos nas empresas brasileiras.

Comenta-se que até a década de 50 os mais notáveis estadistas brasileiros eram originários dos cursos jurídicos. Nos últimos 40 anos, no entanto, os economistas passaram a substituir os advogados em posição de destaque na vida pública brasileira e mesmo internacional. Com efeito, desde o fim da primeira administração de Getúlio Vargas, os cargos de ministros e secretários da Fazenda, conselheiros e principais responsáveis pelas políticas e estratégias econômicas de vários governos, têm sido ocupados por economistas.

Para tanto, as escolas superiores de economia da nação brasileira colocam-se no destacado nível das melhores de todo o mundo. Portanto, não é necessário muito esforço para assinalar a real importância e contribuição dos profissionais da ciência econômica no cotidiano nacional.

Basta recordar, ainda, os sucessivos planos de estabilização econômica, colocados em prática, desde o Cruzado até o Real, bem como os economistas que os conceberam.

Há quem diga, inclusive, que na América Latina os econo-



**Luiz
Gonzaga
Bertelli**

*Presidente executivo
do CIEE*

mistas da segunda metade do século 20 assumem o papel dos religiosos e da igreja. Na Idade Média e mesmo no período colonial, aos sacerdotes cabia a importante função de explicar o sentido da vida, os mistérios da fé e da religião, a obediência ao rei e até as “virtudes” do regime escravocrata.

Pois bem, nos dias hodiernos, os economistas são profissionais encarregadas de explorar outros mistérios: o da distribuição de renda, o da função da propriedade, o da escassez de recurso do Estado, o da globalização da economia, o da redução dos juros e outros importantes temas, dos quais dependemos todos nós, bem como o futuro das nações.

Antonio de Barros é um dos mais respeitados economistas da nação, tanto nos meios acadêmicos como empresariais, formado no Rio, pós-graduado pela Universidade de Paris e doutor pela de Campinas. Na administração pública cumpriu destacada carreira, alcançando a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). É professor titular da cadeira de economia de uma das mais importantes escolas brasileiras e participa de pelo menos dois dos mais influentes institutos privados de pesquisa da realidade econômica, o Iedi e o Conselho Superior de Economia da Fiesp.

Todas as referências e títulos mencionados conferem ao conferencista uma visão privilegiada e multidisciplinar do momento de transição, que o Brasil atravessa e que será tanto mais produtivo quanto mais adequada for a ação do Estado, dos empresários e da sociedade civil.

Afinal, como diz um destacado analista econômico: “É muito difícil entender o Brasil pela ótica exclusiva dos economistas. É preciso haver uma pitada do sociólogo, do engenheiro, do advogado, do jornalista e do empresário, entre outros, para enten-

der essa questão, cada vez mais complexa, intitulada economia brasileira”.


O acendrado amor à economia de Barros de Castro tem muito a ver com a sua origem humilde e dificuldades encontradas pela sua família quando era adolescente. O pai, fazendeiro em Paraíba do Sul, dedicava-se à produção do café. No final dos anos 40, duas impiedosas geadas destruíram o que ainda restava da plantação. Logo depois, houve um surto de aftosa, responsável por grandes estragos no rebanho. Daí por diante, a família do palestrante chegou a viver uma longa fase de enorme dificuldades. Mais de uma vez faltou o dinheiro para o pagamento das mensalidades escolares.

Em recente entrevista, o professor Barros de Castro confessa que foi dessa maneira que descobriu o pesado condicionante da vida que é no jargão dos economistas “a restrição orçamentária.”

Desde cedo a vocação literária era despertada, bem como o apetite pelos problemas econômicos nascendo. Desde os 16 anos lia muito, principalmente temas filosóficos. As suas colaborações na Folha de S. Paulo revelam a permanente preocupação com a clareza da linguagem e a definição correta dos conceitos emitidos.

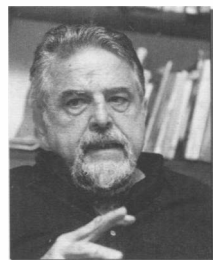
Interessava-se sobretudo, desde jovem, pelos trabalhos de um dos filósofos mais influentes do século XX, o pensador britânico de origem austríaca Karl Popper. Pois foi seu aluno, integrando um grupo de apenas onze participantes.

À época, só estudava economia marginalmente, acreditando que o conhecimento científico decorria da experiência individual e, desta forma, não poderia ser verificado por meio do raciocínio indutivo.



Há escritores e pensadores ilustres que escrevem para satisfazer o seu ego. Outros, para conquistar as honras acadêmicas. Barros de Castro pertence ao grupo dos acadêmicos que escrevem para lançar a luz e iluminar as trevas da realidade econômica nacional.

A Crise Brasileira: Perspectivas



**Antonio
Barros de
Castro**

*Professor da
Universidade Federal
do Rio de Janeiro*

O Brasil passa por mais um momento crítico. Vamos tentar refletir sobre esse momento e sobre as possibilidades nele contidas. Vamos pensar sobre o passado recente e o presente (que tem vários traços misteriosos e, concordando com o Dr. Bertelli, é, evidentemente, uma fase de transição para algo que, no entanto, não está claro). Aceitando este desafio, faço uma proposta inicial. Proponho tomar o seguinte ponto de partida: há cerca de seis meses (fevereiro/março de 1999), a economia brasileira parecia naufragar. No Exterior, tinha-se por certo o colapso e o mergulho recessivo do Brasil. Esse colapso não ocorreu e a economia brasileira revelou vigor e firmeza insuspeitados. Já em abril/maio, ensaiava um início de recuperação. Parecia recomeçar a caminhar. No entanto, nas últimas semanas (fins de agosto) voltamos a revelar uma fragilidade igualmente insuspeitada.

Este é o ponto de partida. Pensar a economia brasileira e suas possibilidades é pensar a solidez e a fragilidade dessa economia. Ambas estão patentes.

Começemos pela solidez e tomemos o lado real da economia, o lado com que costumo trabalhar. Vou começar esque-

matizando a indústria brasileira de hoje, com alto nível de abstração e com as simplificações necessárias. Depois, falarei rapidamente da agropecuária. Começemos, por conseguinte, pelo chamado lado real da economia.

Parece-me que no decorrer década de 90 três tipos de reações prevaleceram na indústria e a levaram ao formato de hoje. Sumariamente, esses três tipos são:

- **Regressão**

Um grande conjunto de empresas e, até certa medida, de ramos industriais, não se afirmou; pelo contrário, regrediu. Empresas desapareceram, chegando isso a assustar em certos ramos. A área têxtil e de confecções, em diversos Estados, perdeu metade das empresas, que simplesmente não mais existem. Outras regrediram de fabricantes a montadoras. Esse tipo de regressão é completamente distinto do mero fechamento — mas também é uma derrota, um retrocesso em vários sentidos. O fato aconteceu, por exemplo e com grande intensidade, na indústria eletrônica da Zona Franca de Manaus. Também houve casos na indústria de bens de capital.

Realço agora um ponto importante: a regressão de fabricação para montagem ocorreu de maneira tópica e localizada. Não foi um fenômeno dominante, ao contrário do que aconteceu na Argentina. Proporcionalmente, as baixas no parque

Na década de 90, três reações: regressão, reestruturação, ampliação.

industrial argentino, hoje mais estudado que o brasileiro, foram muito mais numerosas, e a regressão de fabricação a montagem foi muito mais generalizada.

Temia-se que algo assim acontecesse no Brasil, mas não aconteceu. Aqui, em muitas áreas um aparente colapso foi seguido por reação e certa reafirmação, como podemos ver em certas zonas industriais do Estado de São Paulo, como Americana (indústria têxtil) e Franca (indústria calçadista).

- **Reestruturação**

O segundo padrão de reação consiste em reação afirmativa, de consolidação. A reestruturação aconteceu amplamente durante a década de 90. Nela distingue-se claramente a etapa inicial, de 91/94, caracterizada essencialmente por corte de despesas, racionalização e adoção de métodos organizacionais mais avançados, a mudança de foco e, por vezes, o deslocamento de fábricas para áreas de custos mais baixos (mão-de-obra ou outros fatores) ou para áreas com favores fiscais. Mas é importante assinalar que entra fortemente na reestruturação a modernização intensa de equipamentos e processos.

Assim, reestruturar-se implica literalmente modernizar-se: trocam-se equipamentos, trocam-se insumos e fornecedores, às vezes implicando firme aumento de importações. A verdade é que surgiram, então, empresas com novas identidade, fisionomia e estratégia. Têm outro domínio produto/mercado: o conjunto de produtos e mercados para os quais elas se dirigem foi alterado profundamente. Mas voltam com força. Em

certos casos, claro, os resultados não foram os melhores e em alguns a empresa se recolheu a um nicho. Mas esse comportamento é uma espécie de limite, atingido por poucos.

- **Reestruturação com avanço**

O terceiro tipo de reação chega a uma afirmação muito maior: é o formado pelo conjunto das empresas que partiram para ampliar sua capacidade. Essas empresas não só sobreviveram e souberam defender-se da onda dos artigos importados, mas também cresceram efetivamente. Estão crescendo ou, as que ainda não o estão, acumularam enorme capacidade para crescer tão logo as condições ambientais se mostrem menos adversas.

Esse conjunto mostra, assim, uma renovação enorme. Nele se encontram muitas médias e grandes empresas brasileiras, além de multinacionais. Aliás, é cada dia mais evidente as multinacionais participam com intensidade desse processo. Segundo pesquisa há pouco concluída, 430 entre as 500 maiores multinacionais de todo o mundo já se fazem presentes no Brasil. Algumas aqui se encontravam e se reafirmaram, outras chegaram mais recentemente. Esse tipo de empresa mudou o mapa. Com ele o Paraná, e em particular a zona de Curitiba, emerge industrialmente, apoiado em empresas que visam ao Mercosul, não mais ao Brasil apenas.

Na Argentina, diz-se que esse grupo adotou estratégias *ofensivas*. Eu gostaria que os senhores retivessem esse termo, *ofensivas*, porque vou discordar dele e apresentar-lhes um pro-

blema para reflexão. As estratégias podem ser ofensivas lá; vamos refletir no que significa, aqui, essa transformação.

A este ponto, devemos acrescentar um caso adicional. Com poucas exceções (das quais a mais brilhante é a Embraer), as empresas que emergiram da privatização estão no estágio de apalpar o terreno, perguntar-se sobre sua identidade, definir-se, talvez, com graves problemas patrimoniais ainda não resolvidos. Este grupo, que liderava o crescimento no passado, não assumiu ainda um papel importante no cenário.

Passemos agora à agropecuária. Neste segmento, distingo dois grandes conjuntos, fundamentais para se entender o que hoje está se passando no Brasil.

O primeiro é aquele em que ocorre uma autêntica revolução silenciosa. Do ponto de vista organizacional e das relações com o mercado, esse grupo se encontra em violenta, profunda e intensa transformação, que a rigor já vinha da década de 80.

Entretanto, este grande grupo se subdivide em dois, que sou levado a distinguir, pelo fácil contraste entre suas características. Um é o de grandes propriedades, caracterizado pelo uso de tecnologia avançada, escala (e escala aqui é muito importante) e ajustamento às condições do solo e do clima, além de aproveitamento de mão-de-obra treinada. Tem um caráter semi-industrial ou quase industrial e encontra-se contido pelas dificuldades de transporte. A logística prende esse conjunto, mas quem quer que viaje pelas áreas do chama-

**Ocorre na
agropecuária
uma autêntica
revolução
silenciosa.**

do Cerrado Setentrional (do oeste da Bahia ao sul do Maranhão), onde está se afirmando esse tipo de agricultura verá que ele está “mordendo o freio”, tendo potencial muito grande para disparar.

A outra parte dessa agricultura modernizada pela revolução silenciosa é formada por pequenas e médias empresas que souberam inserir-se no novo contexto. Os exemplos são muitos e a heterogeneidade é enorme: as pequenas propriedades com café adensado no Norte do Paraná, o cinturão verde de cidades como São Paulo, os pólos de fruticultura são alguns deles. Tudo é muito moderno, atualizado, agressivo e com boas perspectivas, mesmo sendo empresas pequenas. Algumas até estão conectadas com as franjas mais altas do mercado urbano, a que demanda produtos orgânicos, para citar uma.

Mas há um outro grande bloco na agricultura que ninguém conhece direito: o bloco decadente. Ele é enorme, heterogêneo, e se debate para sobreviver, com maus resultados. Muitas vezes, os agricultores já submergiram e estão praticamente mortos economicamente – ou do ponto de vista do mercado.

No começo de agosto, atrás estive na região de Minas Gerais que fica entre Viçosa e Ponte Nova, para cima de Ubá. Essa região morreu do ponto de vista agropecuário. Conversando com pessoas de lá ouvem-se coisas do tipo “Aqui não corre dinheiro. Aqui se faz para comer...” E quem fala muitas vezes é dono de um bom número de alqueires de terra.

Acontece que fazem parte desse novo mundo em que ingressamos duas regras de efeitos terríveis:

1) Morro não vale mais para nada, salvo, claro, como paisagem ou para turismo. Em princípio, para a agropecuária, depois da abertura de Mato Grosso, das planícies e dos chapadões setentrionais, a montanha do Centro-Sul morreu.

2) Instabilidade climática não dá mais. Esse é um problema não tão radical quanto o da topografia, mas muito concreto e forte. Zonas de grande instabilidade climática, como as do Rio Grande do Sul, onde o agricultor acerta uma safra e erra duas, não têm mais condições de competir.

Nessas regiões, o homem não encontra condições de sobreviver porque a nova agricultura, que mencionei, é laboratorial: o clima é de grande regularidade e a água, por vezes, vem de irrigação. O risco reduz-se enormemente e o cálculo econômico encontra condições favoráveis.

Para os Estados do Sul (do Paraná para baixo, muito particularmente o Rio Grande do Sul) isso significa a necessidade de dolorosíssimas adaptações. Em muitos casos, tentar salvar-se com os recursos tradicionais é dar tiro no pé: não se vai a lugar nenhum! A dramaticidade social disso é gigantesca. Todo um mundo de pequenas propriedades está em questão.

Vemos, então, uma soma de fortes reações da indústria e da agricultura. O País está em movimento cujo resultado, do

Do ponto de vista da transformação, o movimento é intenso.

ponto de vista do crescimento, é nulo, entretanto. Duas décadas sem crescimento. Mas do ponto de vista da transformação o movimento é intenso.

Pergunto eu, antes de passar adiante, nisto tudo que mostrei, onde entra a política econômica? Tudo isso são fenômenos espontâneos? Os desafios e as respostas têm em conta apenas o mercado ou existe aí política econômica?

É uma política industrial envergonhada, mas não deixa de ser política.

E a resposta é que existe, sim, e muita política econômica! As reações desse conjunto são reações a mudanças estruturais oriundas de guinadas da política econômica. Um exemplo: a abertura da economia foi uma mudança estrutural fundamental que passou a ser parâmetro de todas as decisões no País. Outras, como a criação de um ambiente monetariamente estável e a privatização, são traços fortíssimos desta nova realidade, traços que nascem de decisões que não são (insisto no ponto) de mercado. E são, também, diferentes na Argentina, diferentes no México e peculiares ao Brasil.

Essa importância da política econômica prossegue da seguinte maneira: não só se mudou a estrutura, o referencial, como concreta e singularmente foi dado forte apoio a certos setores. O caso mais notório é o da indústria automobilística. A qualidade e os méritos desse apoio eu não vou discutir, mas isso resultou em investimentos da ordem de US\$ 18 bilhões que reafirmaram o formato da nossa estrutura industrial.

Quanto à promoção por meio de políticas especiais de cré-

dito, tem como exemplo a reação que vem ocorrendo na esfera dos calçados. Em suma, a reação, por exemplo, no Vale dos Sinos, vem dos produtores, mas não ocorreria se não fossem os programas de apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

A política econômica criou não só os parâmetros, mas o próprio ambiente: o País passou a praticar juros insuportavelmente altos, terrivelmente superiores aos de seus concorrentes no Exterior (desde a vizinha Argentina até o Leste Asiático, o caso clássico dos juros baixos).

Acrescento que a política econômica (novos parâmetros, novo ambiente, proteções setoriais, alavancagem, etc) nunca se fez de maneira sistemática, orgânica, com visão de conjunto. Nunca foi costurada num todo inteligível. Foi uma face pragmática, imprevista, de política brotada que nasce da realidade.

É uma política industrial envergonhada, mas não deixa de ser uma política industrial. Quanto ao programa *Avança Brasil*, poderia ser concebido como uma política de desenvolvimento envergonhada. Há aqui uma política — e chamo a atenção para ela — que a cada dia se torna mais importante: a da mudança do sistema de transporte, da logística. Repito ter a agricultura das novas fronteiras um mal contido e enorme potencial travado por gargalos de logística.

Desse conjunto de mudanças alavancadas pelo setor público, resultou o paradoxo que estamos vivendo internamente há algum tempo: robustez microeconômica dos que venceram (muitos ficaram para trás, mas os que venceram apresentam robustez) e desequilíbrios macroeconômicos cada vez maio-

res. É como se fosse um ajustamento crescente na esfera micro e um desajustamento crescente na esfera macro.

Não falarei sobre os desajustes macro porque é disso que se fala todos os dias e, se estamos tentando pensar, intrigados pelas novidades e procurando entender os mistérios de que falava o Dr. Bertelli, pouco avançaríamos caracterizando o déficit fiscal, o déficit externo, etc. etc. O fato é que esses déficits são enormes e eles nos levaram a uma situação na qual a saúde crescente das empresas não pode realizar-se. O regime de parar e andar, *stop and go*, se tornou cada vez mais *stop* e menos *go*, à medida em que se agravavam os problemas macroeconômicos.

Aqui soma-se um interessante. Em 1994/95, quem investigava a situação das empresas, quase sempre ouvia em primeiro lugar (e por vezes, também em segundo e último lugar) queixas referentes à mortal taxa cambial que as empresas estavam tendo de enfrentar. Em 1996 isso diminuiu (e dou testemunho, pois entrevistei muita gente nessa época) e em 1997/98 desapareceu. Não se encontravam mais empresas alegando o problema do câmbio. Em 1997/98, as últimas empresas que ainda falavam do câmbio eram aquelas que queriam exportar e que, para isso, precisavam de taxa mais favorável. Mas entre as que se contentavam com cercar seu mercado, consolidando posições, o problema do câmbio desaparecera.

Macroeconomicamente, porém, chegamos perto da inviabilidade em 1997, e depois, com a crise russa, à total inviabilidade. As empresas já eram capazes de preservar seu espaço, que havia sido redefinido, e em certos casos já estavam proje-

tando exportações — mesmo com aquele câmbio! Mas a somadas respostas empresariais não gerava resultados satisfatórios para a economia como um todo.

A desvalorização, além do mais, veio muito mais forte do que qualquer pessoa jamais supusera. A previsão mais negativa e o texto mais agressivo sobre o Brasil foram de Rudy Dornbusch. Ele falava em desvalorização de 40%! E ela já ultrapassou essa marca em termos reais. Nem os mais agressivos críticos, na realidade, previam uma desvalorização desse porte. Então, somos obrigados a concluir que (voltando ao nosso paradoxo) aconteceu aqui algo de fundamental. As empresas receberam um (desculpem a imagem fácil) presente dos céus, direto em seu colo.

A conjuntura internacional que se seguiu, porém, a curto prazo, barrou a possibilidade de a desvalorização revelar seu potencial. Isto significa que, se não fosse a desvalorização, estaríamos numa situação literalmente dramática, como estão os argentinos, que apresentavam desequilíbrios muito menores do que o nosso.

A desvalorização poupou-nos de um mergulho no inferno, porque com os preços em queda das *commodities* e com esse mercado internacional, se não fosse a desvalorização, nós estaríamos liquidados.

Um ponto fundamental para nossa análise e muito importante para a reflexão sobre a solidez da economia (falo mais da solidez do que da fragilidade, sobre a qual falarei um pouco mais à frente) é que, no momento em que se deu a desvaloriza-

**As empresas
receberam um
presente dos
céus, direto em
seu colo.**

**Pela primeira
vez estamos, em
boa medida,
livres da
inflação.**

ção, o setor privado brasileiro (de acordo com dados do Banco Central) devia cerca de US\$ 90 bilhões, mas tinha em títulos com denominação cambial (ou seja, dólar) US\$ 70 bilhões. Isto significa que a exposição líquida era de cerca de US\$ 20 bilhões — estou arrendando os números.

Esse balanço — US\$ 90 bilhões para US\$ 70 bilhões — é relativamente cômodo, mesmo para quem sofre uma desvalorização chocante. E como as empresas brasileiras ainda tinham recursos no Exterior não computados nessa conta, a situação discrepava radicalmente do encontrado, por exemplo, na Coreia. Para se fazer uma idéia da gravidade desta circunstância em outros países, uma informação: considera-se hoje que para salvar o setor bancário do México, o país precisa efetuar gastos de 18% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Na Coreia, o número é ainda maior.

Por sua vez, o Brasil praticamente não tem problemas na órbita bancária e isto é reflexo da inexistência de problemas no âmbito empresarial, porque quando as empresas quebram, quebram os bancos, por definição. Há que reconhecer, no entanto, a importância do trabalho de saneamento feito preventivamente pelo Proer.

Pois bem. Minha exposição até este ponto leva à conclusão de que a desvalorização teve poucos impactos negativos. Basta ver a mágica da não inflação e da não recessão no que se segue a essa megadesvalorização. Ainda que modestísimamente, nos últimos dois trimestres (o primeiro semestre

de 1999) o produto brasileiro cresceu em relação ao imediatamente anterior. Então o mergulho do produto não aconteceu, nem houve explosão dos preços.

Então, o que concluir de tudo isso? Devemos concluir que a desvalorização veio quando o regime cambial era insustentável e que, notoriamente, ela deu certo!

Passada a agonia dos primeiros dois meses da desvalorização, além da necessidade de dizer quais eram os novos regimes de política monetária e cambial, colocava-se outra questão. Pela primeira vez estamos, em princípio, habilitados para voltar a crescer. Ou melhor, livres da alta inflação que assolou o país por mais de uma década, com as reformas de estrutura encaminhadas ou em vias de consolidação e, também, livres de um regime cambial por muitos visto, desde o início, como insustentável. Podemos, pois, encarar uma outra e dura realidade: vinte anos sem elevar a renda per capita!

Resta saber como irá posicionar-se o Governo, bem como a própria oposição, diante desse conjunto estranho de vitórias e derrotas. Esse é o nome do jogo que começa. Ganhamos muito, perdemos muito e aprendemos muito. A pauta da política econômica tem de mudar em consonância com o novo quadro – e os novos objetivos.

Entrou-se com o pé direito na pós-desvalorização com pouco mais de 30 dias de descontrole, um período curto. Infelizmente, porém, antes de ter amadurecido e de ser assimilado e compreendido pelos agentes econômicos, o novo quadro (política cambial/política monetária), passou a ser testado fortemente. É um teste precoce, veio antes do tempo e isso é bastan-

te grave.

Referindo-me ainda ao plano macro (cambial e monetário), eu diria que, apesar de operacionalmente o avanço ser flagrante e o discurso, bastante convincente, não foi incorporada minimamente pelo governo a consciência de que nos encontramos num mundo extremamente instável, de uma insegurança e de um risco atormentadores. Alguns falam em capitalismo turbinado, ou turbocapitalismo.

Recentemente, ouvi uma brilhante exposição sobre o novo modelo de política monetária brasileira em que se abstraía completamente o problema intrínseco da turbulência. Parecia que o país ingressara em um mar tranqüilo. E, no entanto, a instabilidade congênita deste novo mundo é tal que o euro (moeda comum criada no começo do ano para países da União Europeia) é lançado com expectativa de valorização e sofre um colapso de 14% em questão de meses! Estamos falando apenas da moeda da Europa unificada! A instabilidade congênita deste novo mundo é de tal ordem que uma das supervedetes da Bolsa norte-americana, a Amazon sofre um colapso em poucos meses, caindo seu valor de US\$ 33 bilhões para US\$ 14 bilhões — menos da metade! E ela não deixou de ser a Amazon.com, com todas as suas propriedades e toda a sua genialidade empresarial.

É este o mundo em que estamos vivendo.

O governo parece não ter tido em conta esta realidade na reformulação da sua estratégia. Mas a importância disso é fundamental. Antes se pensava que o Brasil estava se abrindo (de forma retardatária) para um mundo que finalmente havia en-

contrado a ordem natural: a ordem globalizada. Hoje não há quem não se questione sobre essa ordem globalizada, não no sentido de ser ela reversível, mas por ser constitutivamente instável e inclemente. Além disso, no mínimo exige A ou B, sendo A instituições que contenham essa endêmica instabilidade e B, instituições que permitam conviver com ela (se não for possível contê-la).

Nada disso aparentemente foi considerado ao se definirem, rapidamente, os novos regimes cambial e monetário, aí por abril de 1999. Na primeira pequena dificuldade – pelo jeito, apenas uma falta momentânea de liquidez no mercado de câmbio – volta a disparada do dólar, ressurgiu a ameaça da inflação.

Nos Estados Unidos está-se discutindo hoje permanentemente a hipótese do colapso da Bolsa. É matéria de todo café da manhã nos círculos de negócio. E um número crescente de pessoas admite essa possibilidade. Não tomar na nova proposta de política a instabilidade como parte integrante desse novo mundo é submeter-se a surpresas extremamente desagradáveis, como a que estamos vivendo.

Por outro lado, explicitamente, admitir as fragilidades tanto pode precipitar quedas ou rupturas como, pelo contrário, pode evitá-las. Este é o mundo em que vivemos.

Em segundo lugar, vimos que a desvalorização chegou, do ponto de vista micro, como um adicional, um extra, já não mais necessário — pelo menos em escala remotamente comparável ao que era em 1994/95. E qual é a política do governo frente a isso? Qual é a resposta do governo a essa oportunidade

espetacular? Ainda que as novas oportunidades estejam contidas pela recessão e barradas por um mercado internacional altamente adverso, elas existem flagrantemente.

Falou-se muito em apoiar as exportações e, uma ou outra vez, em substituir as importações. Mas isso é o mínimo dos mínimos, sai como efeito mecânico da desvalorização!

Será que não se pode fazer mais? Será que não se pode pensar outras possibilidades? Eu não tenho nenhuma dúvida que sim, até porque grande parte das estratégias empresariais que deram certo foram estratégias de confirmação, de avanço conservador ou entrenchamento.

Acontece, porém, que em numerosos casos esse grau de liberdade que assinalei permite hipóteses muito mais ambiciosas de avanço. E não estou falando de o Estado gastar mais. Pelo contrário, estou falando da revolução da informação, de visão de futuro, de ousadia. É preciso agilizar, tornar mais agressivas as decisões, o que requer muito mais informação, como condição mínima. É preciso repensar uma Finep (agência financiadora de projetos de pesquisa) ou um IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas, da USP) ou mesmo o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

Não pensar mais em projetos, mas sim em estratégias empresariais, o que exige mudança de atitudes, antes que de gastos. Além disso, haveria que passar de uma política industrial envergonhada, casuística, para uma política industrial assumida. Até porque praticamente ninguém mais acredita que o mundo globalizado tenda a uma ordem natural que apenas reflita os sinais de mercado.

Cabe ao governo estimular, cooperar, compartilhar iniciativas com os mais diferentes órgãos da sociedade, visando retirar as empresas das trincheiras. Dizia Porter, a meu ver com toda razão, que as empresas reagem muito mais aos desafios que às oportunidades.

Falei anteriormente de uma política de desenvolvimento envergonhada, que tem de ser assumida. Trata-se de proposta bastante convincente. Quem ainda não ouviu José Paulo Silveira, responsável pelo programa *Avança Brasil*, expor o programa deve ouvi-lo; é realmente algo coerente, interessante e desafiador.

Creio que o casamento de uma política industrial, não mais envergonhada e sim assumida, com a revisão e o aprofundamento da revolução logística sugerida pelo *Avança Brasil* poderia fazer surgir uma política de desenvolvimento. Essa política não seria mais uma política do Estado: seria necessariamente uma política de muitas instituições, uma política plural. E sobretudo essa política não seria de construção da economia, pois ela já está constituída.

A partir do ponto em que já nos encontramos, desenvolver é usar o potencial. Além disto, o desenvolvimento e a política social têm finalmente de se casar. Não estamos mais naquela fase heróica da montagem do parque industrial. O que se tem a fazer é tentar tirar muito mais do que está aí, avançando muito mais rapidamente, com o social transformado em prioridade.

Recentemente o governo falhou por completo no referen-

**E qual é a
resposta do
governo a esta
oportunidade
espetacular?**

te à produção de uma grande síntese pós-desvalorização, deixando para trás o passado, aprendendo com o que deu errado e procurando confirmar o que deu certo. Esta síntese sero a visão amplamente compartilhada, a ser tida em conta pelos múltiplos centros de tomada de decisão.

Todo o mundo sabe que os mundos econômicos são construídos com opções políticas e instituições que divergem enormemente, como entre o Brasil e a Coreia ou entre a França e a Alemanha. Entender isso é fundamental, mas fundamental também é compartilhar amplamente valores e opções relativas ao futuro. E é aqui que entra o trabalho de persuasão, para que a crise de confiança que vivemos seja atacada nas suas raízes.

A confiança entrou em colapso. Confiar é fundamental, até porque é grande a nossa fragilidade macroeconômica. E se confiar é fundamental, também o é entender que não haverá confiança sem entendimento.

MARIA ÂNGELA BARIA

Economista

Peço suas considerações sobre as conseqüências desastrosas da concessão de recursos para setores não necessitados, a exemplo do que ocorreu com a Ford, que recebeu recursos do BNDES, favorecendo-se dessa forma a política em lugar da economia. O que me parece aqui é que a primeira crise que o Brasil atravessa é a crise moral...

ANTONIO BARROS DE CASTRO - Creio que o episódio Ford está de modo geral muito mal colocado. No fundo, o que ele revela é que o Brasil está hoje muito mais descentralizado do que antes. Há muitos mais atores políticos em cena, e atores com muito mais força. Eles não aceitam mais permanecer na periferia. Há um grande movimento nos Estados graúdos (Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e, em certa medida, Ceará) para se promoverem de periferia a centro. Não aceitam mais ser periferia e sabem perfeitamente que o centro tornou-se o que é com o apoio do BNDES, com apoio político. Não vêm motivo para não ter sua chance.

O errado aí não é o Estado que se defende; ao contrário, ele vai tentar deflagrar um processo. O errado aí é que não dá mais para não se ter política regional. Não dá mais para não se ter um fórum, uma política, uma representação de interesses

específicos para agir na distribuição espacial.

E as empresas são flexíveis. Surpreendeu-me a decisão da Ford. Francamente, eu nunca supus que a Ford aceitasse ir para Camaçari, que conheço bem. É uma surpresa, mas as empresas estão mostrando grande flexibilidade decisional, que para mim não é óbvia e me surpreende.

O que quero dizer com isso é que, se assim é, o Brasil precisa ter uma política que procure influenciar as decisões de um ponto de vista mais geral, mais do interesse de todos — todos os representados, todos os atores.

A Ford criou um caso espetacular, mas o que fez foi trazer à tona, da forma mais inequívoca possível, que não dá mais para não tentarmos nos entender sobre a distribuição espacial da riqueza no Brasil. Isso foi sentido já há muito pelo presidente Geisel quando induziu a Volvo a ir para Curitiba e a Fiat, para Betim. Sua voz não foi determinante, mas foi influente. Também o Pólo Petroquímico de Camaçari recebeu seu apoio. E ele deu outro apoio, por meio do então ministro Pratini de Moraes, ao Pólo Petroquímico do Sul.

Era o início da descentralização, agora levada pela periferia, que não aceita mais sua posição subordinada. Isso pode ser irracional e parcialmente concordo com a senhora: pode-se constituir um mau uso de recursos. Nesse sentido, estou de acordo com o que a senhora disse. E qual é o fórum para discutir isso? Onde é que isso se discute afinal de contas, dando voz a todos os interesses em função do futuro, não de um casinho singular?

O interessante é que, por meio da Ford, ficou evidente que as multinacionais topam o jogo. Nesse caso, ela foi mais

longe do que supus. Todas as multinacionais chegaram ao Brasil e estão decidindo investir. Só que (e o caso da Ford mostra isso de modo extremo) a sua decisão não é rígida, não. Com maior clareza isso será verdade, no caso das multinacionais, em funções menos óbvias da periferia. Porque a Ford veio aqui para responder à General Motors. Quando a GM se implantou no Guaíba, perto de Porto Alegre, a Ford teve de vir.

Muitas multinacionais, porém, estão chegando ao Brasil sem rumo, querem apenas um *market share*, botar o pé num mercado de grande potencial. E alguém negocia com elas? Pode interessar-lhes não uma intromissão direta, mas a especificação, a troca de posições, a troca de pontos de vista sobre o que, onde e em que investir, não violentando sua decisão, que é sempre independente e autônoma, mas influenciando-a. São faces daquela política industrial que cobrei ao final da minha exposição, uma política de desenvolvimento, também na vertente do desenvolvimento regional.

SÉRGIO LEOPOLDO

Jornalista

O futuro, sair da crise, é uma questão de confiança. O senhor acha que este governo tem capacidade para fazer uma síntese do período da pós-desvalorização, nem tão simples, pois vem de antes, para apresentar uma proposta social (que na verdade é política) capaz de tirar o País da crise?

ANTONIO BARROS DE CASTRO - Não, o governo não tem demonstrado a menor capacidade de chegar a essa síntese, de virar a folha. Faço aqui duas ponderações. A primeira é inevitável, mas espero que não lhe atribuam importância excessiva, pois isso seria desfigurar o meu pensamento. A permanência de certas pessoas em posições-chave tanto naquele conjunto de políticas que foi superado como no novo conjunto, que tem de refletir uma nova e grande síntese, dificulta a ousadia, a criatividade, a virada da folha. Já vi autoridades deste governo procurarem dar a impressão de “mesma coisa”, de que o quadro não mudou, é contínuo. Como não mudou? O quadro mudou, sim, e muito! Mas a não mudança do governo e dos personagens dificulta esse trabalho. Repito, seria uma completa desfiguração do meu pensamento dar ênfase a esse ponto, que não teve a menor relevância na minha exposição.

A outra ponderação é que este governo teria de se reprocessar politicamente também, porque, afinal de contas, ele faria com essa síntese um outro tipo de proposta, trocaria um pouco seus apoios (não digo trocar radicalmente). Algum reequilíbrio teria de haver. Enfim, não vejo um mínimo desse trabalho ousado. Acho que infelizmente o novo governo chegou sem fôlego, chegou com a aparência de um longo final de um novo governo, como já disse um jornalista. Isso todos vêem.

O que procurei mostrar, durante minha exposição, foi haver, por trás disso, muito mais que a fácil afirmativa de ser política e não econômica a crise. Isto simplesmente achata a discussão, que poderia mostrar-se riquíssima...

CLÁUDIA GASPAR S. MARTINS

Geógrafa

Fiquei muito contente por ouvi-lo falar em utilização espacial. Mas em janeiro deste ano, quando tive a oportunidade de ouvir algumas entrevistas suas, o senhor parecia bem mais otimista; hoje parece um pouco menos otimista. Frente ao imobilismo institucional e político, quem poderia desencadear o necessário processo de reestruturação desse modelo econômico e social? Qual é a participação possível do Estado? E onde reside a dificuldade do governo nessa visualização?

ANTONIO BARROS DE CASTRO - Essa pergunta insiste na mesma questão que procuro evitar, até porque não sou profissional do campo político: o problema do *quem*. E não estou me esquivando por diplomacia, não, mas por não achar que esteja especialmente habilitado para tratar desse assunto. E também não acho que a discussão possa levar-nos muito longe. Parece-me ter levantado uma série de questões realmente desafiadoras, e não gostaria de ficar só dando voltas em torno do *quem* e da crise política... Mas estou sendo injusto com a senhora. Acho que realmente sua perspectiva espacial é fundamental, teria de assumir uma importância imensamente maior. Realmente, quando falo do *Avança Brasil*, aqui citado positivamente, de forma inegável, eu penso exatamente naquilo que

é concebido pelos seu autores e por seu gerente em particular, como a produção de uma nova geoeconomia. Acho que isso é crucial no único grande país do mundo com grande fronteira.

SEBASTIÃO BONFÁ

Administrador de empresas

Trabalho com Mauricio de Sousa Produções, na área internacional. Gostaria que o senhor, filho de agricultor como eu (sou neto de agricultor e agricultor também), desse sua opinião sobre o que está ocorrendo em Brasília com os ruralistas. Alguns dizem que eles são grandes, outros, que são médios e que há lá poucos pequenos. Como o senhor vê o desenrolar dessa situação, bastante efervescente no momento?

ANTONIO BARROS DE CASTRO - Eu sempre me surpreendi com a insensibilidade do primeiro governo Fernando Henrique diante dos problemas da agricultura. Em diversos debates vi pessoas como Roberto Rodrigues, Guilherme Dias e Delfim Netto mostrar que realmente nós estávamos sufocando, de forma brutal, áreas inteiras da agricultura, que até nos casos mais felizes é muito problemática.

Caso particularmente feliz é o do algodão do Paraná, que foi esmagado, provocou problemas enormes em Curitiba e na própria agricultura do algodão, que foi destroçada. Mas o caso foi feliz, como digo, porque abriu espaço para a explosão do algodão no Mato Grosso, muito mais barato e produtivo. Lá no

Paraná, porém, ficou o problema. Sempre pensei, e creio que alguém como Guilherme Dias (professor de Economia Agrícola da USP) também pensaria assim, ser fundamental tomar uma posição diante daquela situação. Não basta dizer que a TR (Taxa de Referência, juros cobrados no crédito rural) era sufocante, dizer isso é banal. Na realidade, o País não tentou minimamente traçar possibilidades de solução prática. Eu falo ao nível dos conhecimentos, pois cada vez mais estamos entrando no mundo dos conhecimentos. Quando digo apoio, muitas vezes é apoio do ponto de vista das informações: “Não faça assim não, faça desta outra maneira que é muito melhor: está provado por tais e tais razões! Experimente isto e aquilo...”

Mais do que nunca isso se faz necessário, neste mundo em que está havendo um rodízio de possibilidades, e também em que muitas áreas estão literalmente afundando, como eu disse.

Acho que, finalmente, veio à tona a explosividade desse equívoco. E agora estamos agüentando as conseqüências. Espero que o presidente não ceda à proposta inicialmente feita (perdão da dívida rural, em agosto de 1999), que acho realmente desestruturante, além de poder desmoralizar o País no plano internacional.

Espero que, por motivos muito nacionais e muito concretos, ele não ceda, embora seja óbvia a necessidade de haver uma política agrícola e regional espacial muito bem pensada, já que as coisas não se dão ao sabor do mercado, espontânea e cegamente; não se dão assim, não! E o preço a pagar está aí. É claro que isso aparece muito mais num país sem crescimento e que enfrenta o esmagamento do preço das *commodities*.

Nós estamos vivendo um choque impressionante, os números são quase sem paralelo. Até recentemente quase todas as exportações brasileiras de produtos primários declinaram 20% e 30% em preços, face ao petróleo, que subiu 90%! É uma deterioração brutal das nossas relações de troca! Por isso mencionei haver um crescimento fácil pela frente, como consequência até mecânica (dizia eu) da desvalorização, que foi abafado por essa conjuntura terrivelmente adversa! Mas o crescimento vem por aí...

NELSON ALVES

Conselheiro do CIEE

Tivemos, mais do que uma palestra, um conjunto de aulas. Foram conhecimentos e valores de que nós certamente não nos tínhamos apercebido. Digo nós porque somos aqueles que vivemos o cotidiano do nosso país. Eu aprendi nos meus tempos acadêmicos de economia (e já lá se vão mais de dez lustros), que nos processos econômicos deveríamos ter regras definidas. Lembro meus primeiros mestres. Eles falavam de economia planificada e de economia dinâmica. Hoje o País vive dentro de uma economia globalizada e já é um dos atores desse teatro da globalização (embora autor coadjuvante). Entendo que ainda poderíamos pensar alguma coisa dentro de um processo planejado, já que se produziram nos últimos 20 anos alguns sistemas de economias regionalizadas, caso do Mercado Comum Europeu, do nosso Mercosul e do Nafta. No caso particular do Brasil em relação ao Mercosul, lembro muito

bem a nossa passagem pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), na década de 60. Foi uma experiência do livre mercado que no atual momento talvez fosse passível de exame para aplicação, sem fugir daquilo que é a globalização. Gostaria de conhecer seu ponto de vista a esse respeito.

ANTONIO BARROS DE CASTRO - A lembrança da Alalc é muito interessante. Foi o primeiro trabalho que tive, como economista, no Conselho de Política Aduaneira, exatamente o que viria a ser o *Livro Branco da Alalc*, escrito com Gerson Augusto da Silva. Já naquela época diversos dirigentes se inquietavam pelo isolamento das economias latino-americanas, umas face às outras. Eram economias que se voltavam só para os Estados Unidos e a Europa. Essa questão, que tomou outras dimensões com a globalização, em certo sentido já se colocava naquele momento. O mundo havia interrompido suas relações, tanto as relações entre os continentes como entre os países, a partir da Primeira Guerra Mundial. Cada vez mais, com a Grande Depressão e, depois, com a Segunda Guerra, ele estava começando a recosturar-se, em Bretton Woods, na Alalc e no Mercado Comum.

Tudo isso eclodiu com uma força brutal no final da década de 80, e sobretudo na década de 90, após a queda do Muro de Berlim. Creio, no entanto, que a partir de determinado momento essa tendência à fusão e à globalização tornou-se um pouco certa caricatura de si mesma, porque começou a ser levada como se não houvesse mais nações, como se as nações fossem desaparecer. Creio que foi um equívoco grave, cujo alto

preço começamos a pagar recentemente, e que começa a ser rediscutido a sério.

Não é por coincidência que os dois últimos números de *The Economist* publicam um longo trabalho sobre o renascimento das nações como fazedoras de política econômica — não no sentido de um retorno às décadas de 50 ou 60, mas no sentido de que, obviamente, no mundo globalizado ninguém assume as responsabilidades das nações, e alguém precisa assumi-las. Muito particularmente, não é assumida por ninguém a responsabilidade social que, em maior ou menor medida, tem de ser encarada como uma temática central. Enfim, há uma série de funções que pareciam destinadas a desaparecer num mundo idealizado e globalizado perfeito, mas que não desapareceram, e algumas delas até se agravaram e hoje reforçam a candidatura das nações para reassumir muitos desses problemas.

Tudo isso foi pensado com muito brilho por Karl Polanyi (político e economista, na realidade, homem de tal riqueza cultural que nem se pode defini-lo profissionalmente), quando discutiu a tendência à globalização no século XIX, suas possibilidades e seus limites. Em grande medida, ele anteviu os problemas que estamos vivendo nesta virada do século. Isso é particularmente evidente hoje na América Latina.

TOMAZ LOPES FILHO
Gerente administrativo do CIEE

Atribui-se com frequência ao governo, mais especificamente ao governo federal, a responsabilidade por todos os erros e acertos que ocorrem no País. Não estaria na hora de os decompor e começar a analisar mais a responsabilidade dos Estados, dos municípios, do Legislativo, do Judiciário, dos empresários, dos educadores — de cada uma das forças da sociedade? Pergunto: tudo que vem acontecendo, como as pesquisas de perda de popularidade do presidente, tão importantes para a imprensa, não está sendo na verdade conveniente para essas outras forças sociais?

ANTONIO BARROS DE CASTRO - Basicamente estou de acordo com sua sugestão. Acho que fica cada vez mais evidente que entre várias definições nacionais falta uma: a do governo federal, que deveria assumir a liderança. As experiências ousadas na política social estão sendo feitas por Cristovam Buarque, em Brasília, pelo Partido dos Trabalhadores. E a política do senador Antonio Carlos Magalhães, agressivamente desenvolvimentista à sua moda, industrialista à baiana, etc., mostra que os Estados e as cidades estão assumindo essas funções.

Está faltando um ator, claramente. Isso faz parte do final

das minhas conclusões. É de se esperar uma presença muito maior do governo federal, que deve oferecer essa síntese, mas síntese em termos contemporâneos, ou seja, não de cima para baixo, mas englobando as várias instituições da sociedade civil, tendo em conta as várias parcerias que, na atualidade, são não só inevitáveis como super bem-vindas, etc. Enfim, propostas hoje chovem de todas as partes, mas claramente está faltando algum tipo de aglutinação e coordenação.

COLEÇÃO CIEE - VOLUME 31

Fórum Permanente de Debates
sobre a Realidade Brasileira

A CRISE BRASILEIRA: PERSPECTIVAS

Antonio Barros de Castro

Texto revisto pelo autor e debates, sem
revisão dos participantes, extraídos de
palestra proferida em 12/09/99,
no auditório Ernesto Igel, do CIEE

Editado por

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE

Rua Tabapuã 540, São Paulo, SP

Fone (011) 3040-9800

Permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte

Setembro de 1999

Planejamento e produção editorial

PIC - Marketing Editorial e Comunicação

Coordenação editorial

Cecilia Zioni

Arte

Miriam Fukai

Edith M. Schmidt

Capa

Flavio B. Greicius

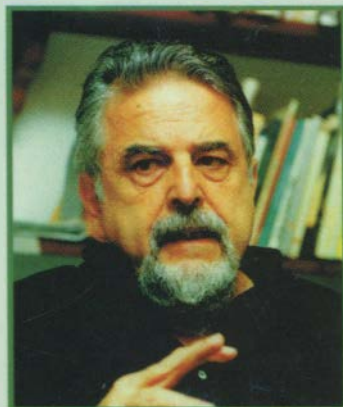
Taquigrafia

Oswaldo Chiquetto

Impressão

Laborgraf

Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, na turma de 1959, Barros de Castro é pós-graduado no Centre d'Études des Programmes Économiques (Cepe), de Paris, e doutor pela Universidade Estadual de Campi-



nas (Unicamp). Membro do Conselho do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (Iedi) e membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), é professor titular de Economia na mesma universidade por que se formou, há 40 anos.